

Jornada Internacional de Cinema da Bahia: espaço de reflexão e resistência (1972-1975)

Izabel de Fátima Cruz Melo¹

Resumo:

O texto tem como objetivo incluir as “Jornadas Baianas” no panorama dos estudos da história recente da Bahia, relacionando-a com a ambiência sócio-cultural da década de 1970 como um espaço de discussão de problemas da seara dos cineastas e realizadores, mas, sobretudo, evidenciando a sua utilização como um “locus” franqueado aos debates sociais e suas implicações políticas ocorridos neste período, tais como identidade nacional e cultura popular, entre outros temas que insurgiam na tela, visto que eram vivenciados cotidianamente, e expressados através das influências e referências dos Cinemas Novo e Marginal. Entretanto apesar de ser um local menos cerceado, ainda assim, repressão chegou também e se fez sentir através da Censura Federal, evidenciando as discordâncias e tensionamentos existentes na relação entre as propostas sociais e políticas do regime militar e a dos tidos como intelectuais de esquerda.

Palavras-chave: História; Cinema Baiano; Resistência à ditadura militar

Introdução

Escrever sobre a Jornada Internacional de Cinema da Bahia tem sido para mim uma aventura histórica e historiográfica. Na realidade, é uma oportunidade de aproveitar um trabalho que já havia sido iniciado. Este trabalho é fruto de uma pesquisa, infelizmente inconclusa, sobre os 30 anos da Jornada Internacional de Cinema da Bahia, na qual fui estagiária.

Nela, eu que já gostava muito de cinema, vim perceber de modo mais contundente a relação do cinema com a sociedade e, por conseguinte com a História. Por isto, inicio uma investigação que tem como objeto um evento que acentuou desde o primeiro momento o compromisso do cinema com a sociedade que lhe origina. Isto porque a produção cinematográfica, independentemente de seu

¹ Izabel de Fátima Cruz Melo é graduanda em História pela Universidade Católica de Salvador. Tem como principal área de interesse as relações entre História e Cinema, relacionado com as Jornadas de Cinema da Bahia, seu objeto de estudo.

gênero, tem profundas ligações com as realidades vivenciadas por esta mesma sociedade, o que a transforma este registro em uma rica evidência histórica, que pode desnudar diferentes aspectos dos ambientes sociais em que foi produzido e projetado, através do que Marc Ferro (1995) chama de “contra-análise da sociedade”.

A I Jornada

Nos seus 30 anos de existência, a Jornada cresceu e se desenvolveu gradativamente. Nos idos de 1972, começou como Jornada Baiana de Curta Metragem. Este modesto evento congregava um esforço de uma geração que tentava retomar o brilho e o vigor do Ciclo Baiano de Cinema- evidenciado por Setaro (1997, p.22) - ocorrido entre o fim da década de 1950 e metade de 1960. O Ciclo foi o embrião do movimento cinemanovista, que buscou novas maneiras de criar e produzir na linguagem cinematográfica, rompendo com cânones estéticos que segundo os cineastas do movimento não exprimiam a(s) realidade(s) brasileira(s).

O Cinema Novo inaugurou no Brasil o comprometimento do cinema com a transformação social e política, buscando mostrar uma realidade que precisava ser modificada com a utilização destacada dos elementos do pensamento marxista como pedagogia (algumas vezes esquemática), muito em voga entre os intelectuais do período. A sua linguagem buscava chamar a atenção do espectador e demonstrar a necessidade de mudança. Esta nova utilização do cinema vai ao encontro da análise de Benjamin (1996,p.171) que percebe a mudança do papel da arte, que deixando de ser meramente uma obra, passa a ter uma representatividade política, relação bastante explícita nesta cinematografia.

Contudo, o golpe dado pelos militares torna o ambiente pouco propício às fortes críticas direcionadas aos problemas sociais brasileiros e aos indicativos revolucionários que em boa medida faziam parte do roteiro e enredo dos filmes. Aliado a isto, a falta de retorno econômico fez com que a cinematografia baiana minguasse e caísse num período de ostracismo, do qual saiu com a revitalização do Clube de Cinema da Bahia sob a direção de Guido Araújo - principal idealizador das

jornadas - ao conseguir trazer para Salvador em 1971 juntamente com Roland Schaffner, diretor do Instituto Goethe, uma retrospectiva do Festival de Oberhausen, um festival de cinema numa cidade alemã de mesmo nome, e montar uma retrospectiva do cinema baiano com o auxílio da Cinemateca do MAM, do Rio de Janeiro.

Através destes eventos, os cineastas e realizadores baianos perceberam que havia espaço e, sobretudo necessidade de se construir um fórum que aglutinasse realizadores, cineastas, o movimento cineclubista e todos os interessados na sétima arte. Este espaço foi a I Jornada Baiana de Curta Metragem, que surgiu em janeiro de 1972, em pleno governo Médici e vigência do AI-5. O objetivo primordial da Jornada era discutir e criar diretrizes para o desenvolvimento do cinema baiano, especialmente de curta-metragem, por isto era uma jornada baiana, com somente 6 filmes inscritos, mas que já contou com os simpósios e seminários de discussão. Ela foi considerada por muitos como a oportunidade de retomada da produção cinematográfica do estado, de modo que ela se tornasse contínua e progressivamente mais profícua. Nela, os cineastas discutiram sobre a criação de uma associação de classe que proporcionasse um impulso na cinematografia baiana, como disse José Umberto em entrevista ao Jornal da Bahia em 15 de janeiro de 1972.

Já era perceptível a articulação de uma associação de classe que pudesse representar os realizadores e interessados em cinema junto aos órgãos oficiais, buscando solucionar os problemas infra-estruturais do cinema baiano. Entre as atribuições desta nova instituição estaria pressionar o governo estadual para a implantação do FRACINE (Fundo Rotativo de Ajuda ao Cinema), que havia sido criado há dois anos, mas ainda não funcionava.

A Jornada Nordestina

Devido a boa aceitação pelos cineastas, realizadores e cineclubistas, a II Jornada de Cinema, passa a ser a II Jornada Nordestina de Curta Metragem e a ser abrigada no ICBA – Instituto Cultural Brasil- Alemanha, também conhecido como Instituto Goethe, com o intermédio de Roland Schaffner. Isto foi de fundamental



importância para a continuidade da Jornada, pois o ICBA contava com imunidade diplomática que possivelmente inibiu a grande parte das ações repressoras que faziam parte do cotidiano da relação entre a cultura não abalizada oficialmente e os órgãos governamentais no período.

Na II Jornada, realizada em setembro de 1973, admitiu-se a participação de cineastas de todas as regiões do país, desde que os temas dos filmes fossem nordestinos. Fica claro aqui o papel da Jornada enquanto meio difusor de cultura e campo da experiência e criatividade humana. O enfoque nordestino é justificado pela necessidade de se afirmar a singularidade do nordeste brasileiro e seus problemas, servindo de palco de denúncia e fórum de discussão sobre estas questões e alguns dos filmes premiados apontam esta perspectiva; “Missa do vaqueiro” – Hugo Caldas (PE), “Migrantes” – João Batista de Andrade (SP), “A Terra do Samba de Roda” – Ronaldo Duarte (BA), entre outros.

A II Jornada foi considerada uma das mais produtivas destes 30 anos. Nela surgiu a ABD – Associação Brasileira dos Documentaristas, que tem como principal objetivo reunir produtores, diretores, distribuidores, técnicos que trabalhem com documentários de curta e média metragem e os representantes de cinematecas, cineclubs e instituições similares, para discutir e criar mecanismos que legislem e impulsionem o mercado cinematográfico brasileiro.

No período desta mesma Jornada ocorreu a derrubada do governo de Salvador Allende, no Chile, por uma Junta Militar, o que ocasionou manifestações de repúdio dos participantes do certame, já que existia uma afinação ideológica entre eles e o governo popular de inspiração socialista chileno. Entretanto, já ocorriam os questionamentos sobre a não adesão da população à proposta revolucionária que vinha da parcela tida como intelectualizada da sociedade. Porque será que não se havia chegado a relação dialógica tão almejada pelo cinema brasileiro desde o advento do Cinema Novo?

Devido a estas questões que causaram um certo desencanto entre os realizadores, alguns cineastas se adaptaram as exigências do mercado exibidor, indo para pornochanchada; outros tentaram conciliar a verve do cinema de autor com roteiros menos chocantes e complexos e ainda uma terceira parte resolveu

radicalizar ainda mais as inserções cinemanovistas, criando o Cinema Marginal. Esta última tendência que trazia em seu bojo a “estética do lixo”, com o objetivo de chocar os espectadores, demonstrando seu desencanto com a então atual situação do Brasil, tendo como referencial tudo que estava à margem da sociedade capitalista que tinha (e ainda tem) “dom” de retirar a humanidade das pessoas. Todas essas influências, discussões e contradições participavam também da Jornada, (embora dedicada de modo mais intenso aos filmes de curta metragem), posto que ela estava também imersa no panorama do cinema nacional.

As Jornadas Brasileiras

A III Jornada, que passa a ser brasileira, oficializa o caráter nacional do certame, que mesmo sendo nordestino, já contava com a participação de cineastas de diversos estados. A temática, contida no Regulamento do certame, foi ampliada com a intenção de “selecionar, favorecer e divulgar os melhores filmes de curta metragem da nova produção nacional, dentro de uma visão temática do homem no meio ambiente”. Com esta diversificação, os pólos de discussão ficaram mais amplos, visto que os filmes se propuseram a pensar sobre a realidade brasileira sob diferentes perspectivas. Esta diferenciação ocorre também nas opiniões dos participantes em relação a própria Jornada. Alguns se revelam insatisfeitos como Bernardo Vorobow,

Em termos de Simpósio, estamos assistindo na Jornada a uma repetição do que ocorre desde 1968. Cria-se oportunidades, porque a Jornada é uma oportunidade, e nunca se resolve concretamente os problemas. [...] O ideal seria que da Jornada surgisse um grupo de trabalho voltado para a prática. Não posso ficar otimista [...] quando vejo uma inversão total nas proposições de luta, do modo como falam as pessoas, mais interessadas na criação de um mercado paralelo para os curtas do que pela disputa de mercado tradicional. (TAVARES, 1978)

Ou seja, apesar dos elogios freqüentes, esta Jornada trouxe um momento de autocrítica aos seus realizadores e participantes, pois nela sentiu - se uma estagnação na proposta de Jornada, que era discutir e criar possibilidades para a ampliação da cinematografia brasileira enfocando principalmente as especificidades

regionais. Isto foi muito importante para que e percebesse que somente a realização do certame não bastava para impulsionar as entidades que nela se reúnem. Mas, ainda assim, no Boletim Informativo nº 1, de março de 1974, alguns cineastas colocam a jornada com um dos raros locais em que existe a possibilidade de convergência de pessoas interessadas em refletir e questionar o conceito de “cultura brasileira” e o compromisso dos artistas em relação a sua transformação.

A respeito da expressão “cultura brasileira”, não se pode deixar de perceber o discurso de identidade e fortalecimento de uma perspectiva nacionalista. Será mesmo que o Brasil é único culturalmente? Este é um dos debates do cinema brasileiro deste período. E me arrisco a afirmar que é uma aflição que persegue a quase todo o aquele que pretende pensar o Brasil, pois se anda na “corda bamba” entre reconhecer as especificidades de cada processo cultural pertencente a um determinado espaço e tentar ainda assim construir uma referência nacional única a que as pessoas possam se remeter e perceber um sentimento de brasiliade.

A IV Jornada continuou a ser brasileira, mas trouxe mudanças substanciais na sua organização, devido ao seu crescimento. Este evento passou a ser realizado em duas etapas. A primeira, de 2 a 6 de setembro, com caráter estadual e a segunda de 8 a 14 de setembro, nacional. A primeira fase, permitiu que a Jornada pudesse se deslocar à Feira de Santana, levando mesas redondas e discussões sobre o seu significado, o cinema curto baiano, e a situação atual do cineclubismo brasileiro, além da mostra de filmes baianos na Jornada. A segunda, seguiria os moldes tradicionais de exibição dos filmes e os debates.

Um dos principais temas da IV Jornada foi a descentralização da produção cinematográfica brasileira, com o diagnóstico de que para que ela ocorresse deveria haver uma melhor distribuição das verbas pela Embrafilme. Este problema reflete uma prática constante do Estado brasileiro, destinar menos recursos aos estados nordestinos, embora eles precisem de maior incentivo, por não terem uma arrecadação tão grande quanto os estados do centro-sul.

Ainda no tocante a relação do governo federal com o cinema, este foi o ano em que a Censura Federal mais prejudicou o andamento da Jornada, proibindo a exibição de quatro filmes: “Restos” de João Batista De Andrade, “Veias Abertas”, de



Luiz Arnaldo Dias Campos, “Tarumã”, de Aloysio Raulino e “A Conversa”, de Paulo Roberto Ribeiro, Francisco Maia, José Alberto e Pedro Braga Souto Maior. Mais dois filmes sofreram cortes; “Pedro Piedra”, de Francisco Liberato, que mesmo assim recebeu o prêmio Alexandre Robatto Filho e “Tomadas no Lixo”, de Albert Hemsi e Giselle Gubernikoff sendo que seus autores não permitiram a exibição com os cortes exigidos.

Esta intromissão da Censura gerou protestos dos participantes como o de Calazans Neto e outro assinado por 50 realizadores participantes do certame que o entregaram a direção da Jornada, que publicou no boletim informativo de nº10: (...) *Fica, portanto, registrado o nosso protesto contra a censura e apreensão de filmes na IV Jornada e em qualquer mostra, por ser desestímulo e equivoco, quando o nosso desejo é apenas exclusivamente filmar e mostrar. A culpa da realidade ser assim ou assado não é nossa.*

O problema estava justamente em mostrar o que a propaganda oficial tentava esconder: o eterno “país do futuro” aquele que seria a futura potência econômica do Atlântico sul, o “milagre” que se bastava a algumas esferas a sociedade, enquanto a maioria continuava sem possibilidades; a violência e o cerceamento da liberdade criativa em nome de uma “Doutrina de Segurança Nacional”, que somente assegurava a permanência de poucos nos seus *locus* de poder, enquanto uma sociedade inteira estava à margem.

Considerações Finais

Este trabalho funcionou como uma apresentação de um tema inédito na produção histórica baiana, além de ser um texto fruto de uma pesquisa recente, por isto resolvi seguir uma cronologia, afim de que fosse possível identificar os primeiros momentos de existência das “Jornadas baianas”.

Nelas também houve (e ainda há) espaço para os filmes curtos de diversas regiões brasileiras e a partir da década de 1980, quando se tornou “Jornada Internacional de Cinema da Bahia”, para países latinos, africanos lusófonos e para todos aqueles que não tem espaço nas mesas em que se decide o destino do mundo. Este era e ainda é o papel das Jornadas - provocar discussões, reflexões e

ser o espaço para vozes inaudíveis no meio da multidão “globarbarizada”. E justamente por isso, interessa compreender quem eram as pessoas que ajudaram a gestar o deste certame, saber como elas se articulavam com a criação de um possível projeto de nação, pensado por parcelas das camadas médias brasileiras na década de 1970.

Referências Bibliográficas

BENJAMIN, Walter. A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica. In: **Obras Escolhidas**; Magia e Técnica, Arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1996.

FERRO, Marc. O Filme: uma Contra-análise da Sociedade? In: **História – Novos Objetos** (org) Jacques Le Goff e Pierre Nora. 4º ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

SETARO, André. Bahia Cinema 65-71 - Nascimento do Surto Contracultural. In: 100 anos de Cinema na Bahia. **Revista da Bahia**. V. 32 n º25. Salvador: Egbá, 1997

TAVARES, Bráulio. **O Curta Metragem Brasileiro e as Jornadas de Salvador**. Salvador: Gráfica Econômico, 1978.

Fontes

Boletim Informativo da Jornada Brasileira de Curta Metragem nº 1, março de 1974.

Jornal da Bahia. Salvador 15 de janeiro de 1972, n º3.865, pg 3.

Regulamento da III Jornada Brasileira de Curta Metragem.